

DEBATER
A EUROPA

20

jan-jun 2019

EUROPA — UMA CASA COMUM?
EUROPE — A COMMON HOUSE?

Territórios de medo e privatização da segurança na Europa

Territories of fear and privatization of security in Europe

João Luís J. Fernandes, PhD

Professor, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CEIS20/CEGOT

jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

A crise de refugiados; o terrorismo; os fluxos que escapam à regulação; as desigualdades; a desconstrução da comunidade familiar e a suspeição perante Estados a gerir restrições orçamentais, estão entre os fatores que aumentaram a desconfiança na Europa. O levantamento de muros; a difusão de um urbanismo defensivo e a privatização da segurança constituem uma tendência em muitos países europeus. É nesse sentido que, em diferentes escalas geográficas, uma Europa agora menos coesa se vai estruturando em territórios de medo que têm levado a processos de confinamento e atomização social e ao aumento das distâncias entre os cidadãos.

Palavras-chave: Medo, Desconfiança, Muros, Coesão Territorial.

Abstract

The 2015 refugee crisis; the realization that the risk of terrorism in Europe is now greater; the increasing intensity of flows that escape regulatory instruments; the deepening of inequalities; the deconstruction of the traditional idea of family community, and the suspicion of states managing budgetary constraints, are among the factors that increase distrust and promote self-closing attitudes. The lifting of material and immaterial walls and barriers that fragment space; the diffusion of safe urban planning, such as closed condominiums, as well as the expansion of the economy of private surveillance, control and protection of products and services, are among the most important issues in most European countries. It is in this sense that, at different geographical scales, a Europe, that is now less cohesive, is structured around territories of fear and mistrust that have led to

the privatization of public space, to processes of confinement and social atomization and to the increase of distances between citizens.

Keywords: Fear, Distrust, Walls, Territorial Cohesion.

1. Introdução

Na atualidade, problematiza-se o processo de integração europeia, questionando-o até que ponto se está, ou não, a construir um território coeso e uma casa comum de partilha de interesses estratégicos e valores. Tratando-se de uma abordagem multi e interdisciplinar, esta pode ser perspetivada a partir de diferentes pontos de vista. A distância é um deles. Uma casa comum deve, à partida, implicar uma maior proximidade e acessibilidades mais fortes: entre as pessoas, entre estas e os poderes políticos, entre as populações e os serviços e equipamentos essenciais, apenas para citar alguns aspetos.

Contudo, a distância é um conceito lato que se abre a diferentes leituras. Pode ser um valor absoluto e quantificável através de métricas euclidianas, como a distância física. Mas pode tratar-se de uma medida variável com as circunstâncias e os contextos, como a distância-tempo ou a distância-custo, que se alteram com a construção de uma infraestrutura (uma autoestrada, por exemplo), ou com uma qualquer inovação institucional (como a criação das companhias aéreas *low cost*). No entanto, tudo se complica se se acrescentarem ao debate dimensões como a distância cultural ou a distância social, conceitos relativos e de difícil quantificação que nos remetem para problemáticas como as identidades, as desigualdades ou a coesão social e territorial.

A respeito deste debate entre proximidade e distância, podem construir-se muitas narrativas, assentes em leituras diferentes de uma realidade empírica complexa onde coexistem processos contrastados e, por vezes, até contraditórios.

No que diz respeito à distância, aqui entendida em sentido lato, há uma tendência otimista de fundo que parece apontar para o abatimento dos muros e das fronteiras, para a compressão do espaço-tempo e para o conseqüente aumento da proximidade entre as populações¹. Neste ponto de vista, a queda do muro de Berlim simboliza os tempos de encurtamento das distâncias e levantamento dos obstáculos de relação entre os povos. Fatores como, entre outros, a integração europeia e a liberdade de circulação interna no espaço Schengen; o desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações; o aumento generalizado dos fluxos materiais e imateriais; a expansão e difusão global do turismo; o desenvolvimento de metrópoles globais e de mega cidades-região, parecem apontar para uma era na qual as fronteiras seriam vestígios anacrónicos de um passado objeto de evocação e memória. Na lista de Património Mundial classificado pela Unesco,

1 HARVEY, David - *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 2002, 388 p. ISBN 9780631162940.

dentro e fora da Europa, das históricas cidades muralhadas de Carcassone e Elvas, à Muralha da China, há exemplos de velhas fronteiras e limites que agora se classificam, protegem e aliciam visitantes. O que outrora separava é agora um fator de atração, partilha e responsabilidade global.

Num mundo tecnológico de viagens fáceis e de segurança garantida, o espaço é plano, sem os efeitos de atrito e sem os contrangimentos da localização que foram importantes no passado. Neste quadro de liberdade de movimentos e hipermobilidade espacial, o acesso às redes digitais de comunicação tornaria indiferente o lugar a partir do qual se vive a globalização².

Contudo, esta narrativa de otimismo que aponta para uma comunidade global de partilha é acompanhada, e contestada, por dinâmicas e discursos que apontam para a permanência de velhos riscos e para o desenvolvimento de novas vulnerabilidades e desequilíbrios³. Nesta geometria variável, a realidade é diversificada e contraditória. Por um lado, aumentam as mobilidades, a fluidez dos fluxos e a proximidade. Por outro, persistem e renovam-se os fatores de atrito e os obstáculos ao movimento e à comunicação. Esta redução da velocidade é socialmente assimétrica, os seus efeitos são diferenciados de acordo com a localização geográfica e as características socioeconómicas das populações. Apenas um exemplo: os aeroportos são símbolos da globalização, do encurtamento das distâncias custo e tempo e da flexibilidade geográfica de uma classe hipermóvel que se movimenta com facilidade pelo mundo. No entanto, em muitas cidades, como Nairobi ou São Paulo, estas infraestruturas localizam-se em espaços urbanizados na proximidade de populações que não têm acesso a essas mobilidades encurtadas e organizam as suas territorialidades em contextos locais, sem participação direta e efetiva nas dinâmicas mais aceleradas da globalização.

Um dos fatores que contribui para o alargamento das distâncias e para a permanência, ou aumento, dos efeitos de atrito do espaço e das barreiras ao movimento, são a desconfiança e o receio em atravessar determinadas fronteiras de conforto e segurança⁴.

O medo é um conceito multidimensional, com uma construção complexa que terá algum vínculo com certas realidades empíricas, como um território que recebe fluxos de imigrantes ou uma cidade na qual os índices de criminalidade apresentam valores acima da média⁵. No entanto, o medo pode estar associado a perceções estimuladas por atores que, numa lógica de relações hierquizadas de poder, visam assegurar o controlo sobre

2 FRIEDMAN, Thomas L. - *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora, 2006, 520 p. ISBN 9789729972010.

3 BECK, Ulrich - *Sociedade de Risco Mundial - Em Busca da Segurança Perdida*. Lisboa: Edições 70, 2015, 448 p. ISBN 9789724418575.

4 TUAN, Yi-Fu - *Landscapes of fear*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013, 262 p. ISBN 978-08166-8459-5.

5 ROUET, Gilles - European Union: fears and hopes. *Eastern Journal of European Studies*. Iasi: Centre for European Studies. ISBN 978-1-137-56169-5. Volume 7, Issue 1 (2016), p. 5-33.

populações e territórios ou, como veremos mais adiante, promover ideologias políticas e comportamentos defensivos e securitários, quantas vezes com dividendos económicos para determinados setores.

A este nível, estudam-se as paisagens e as territorialidades do medo e procuram-se os fatores subjetivos que condicionam a imagem dos lugares, pelos quais nutrimos mais ou menos desconfiança⁶. No domínio das relações de poder, trabalha-se a geopolítica das emoções⁷, que destaca a importância do subjetivo nas dinâmicas do quotidiano e nos comportamentos de encurtamento ou, pelo contrário, alargamento das distâncias face ao desconhecido.

O medo terá múltiplas territorializações e modos diferentes de se expressar por atitudes e comportamentos geográficos. No limite, podem viver-se topofobias, sentimentos de repulsa por determinados lugares, dos quais nos afastamos.

Os espaços que se visitam durante as férias e os que se evitam, aqueles onde se investem capitais e os outros que se contornam, os lugares onde se fixa ou não residência, todas estas opções geográficas respondem a fatores objetivos e mensuráveis, mas estão também condicionadas por um sempre impreciso equilíbrio entre o objetivo e o subjetivo: o medo em termos de segurança e perdas de qualidade de vida, o medo de não retorno dos investimentos, o medo por uma má opção que implique custos demasiado elevados e irreversíveis ou apenas a falta de desejo e a desconfiança em estar-se aqui ou ali. A estas expressões geográficas do medo, devem juntar-se a vontade de não sair, de não deixar entrar ou não deixar passar.

Como se confirma com Reece Jones⁸ e Rogério Haesbaert⁹, uma das expressões do medo e da aspiração em regular e controlar o espaço, tem sido a crescente multiplicação de barreiras e muros que obstaculizam a mobilidade espacial e interferem com as relações espaciais de vizinhança. Sobrepostos a fronteiras políticas interestatais ou fragmentando espaços urbanos, esses obstáculos alargam as distâncias e tornam mais difíceis os contactos de proximidade. Rogério Haesbaert¹⁰, alerta para as contradições da atualidade: “Paradoxalmente, ao mesmo tempo que hoje os limites territoriais aparentam ser muito mais porosos e ambivalentes em suas práticas de abertura e fechamento, alguns limites passaram a ser reforçados apelando-se inclusive (...) para o velho recurso das cercas e dos muros, em processos que denominamos de contenção territorial”.

6 AVRAHAM, Eli; KETTER, Eran - *Media strategies for marketing places in crisis*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann, 2008, 256 p. ISBN: 978-0750684521.

7 MOISI, Dominique - *The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World*. New York: Anchor Books Edition, 2010, 192 p. ISBN 978-0307387370.

8 JONES, Reece - *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*. London: Zed Books, 2012, 224 p. ISBN 978-1848138230.

9 HAESBAERT, Rogério - *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 395 p. ISBN 9788528610611.

10 HAESBAERT, Rogério - *O mito da desterritorialização...*, p. 242.

Esta circunscrição espacial, como a delimitação dos perímetros nas favelas no Rio de Janeiro estudadas por este autor, visará o acantonamento geográfico de populações que se deveriam afastar dos espaços públicos urbanos. Segundo Edward Soja (1971: 1), “The surface of the earth is enmeshed in a labyrinth of boundaries created and maintained by men.” Para este geógrafo, a delimitação espacial será um ato inerente à condição humana. O aumento das desigualdades e o incremento das incertezas estão entre os fatores que se materializam numa nova geração de muros e barreiras de circulação que, juntando-se às velhas fronteiras existentes, criam processos de contenção espacial de grupos humanos mais vulneráveis. Em paralelo com esta dinâmica integrada, acontece o autoencerramento de elites que se afastam dos espaços públicos de proximidade e definem uma geografia reticular de nós. Nestes, há contacto fácil com o que está longe e uma atitude defensiva para o que está, em termos euclidianos, mais perto. Estes fenómenos de insularização territorial, como os condomínios fechados, os resorts turísticos ou os parques temáticos de escala internacional, têm uma expressão global, mas marcam também a geografia europeia.

2. Europa - crise de confiança e muros de fragmentação territorial

O continente europeu, em geral, e a União Europeia em particular, atravessam uma fase crítica de confiança que, como se discutirá adiante, se revela em aspetos como a crescente tendência para uma dinâmica social securitária, com expressão no quotidiano das populações e na organização dos territórios.

Sendo sistémica, essa crise de expectativas tem múltiplas razões, conjunturais algumas, estruturais outras, que atuam em diferentes escalas no tempo e no espaço. A recente instabilidade financeira associada às dívidas públicas e à moeda única na Europa do Euro, as políticas de austeridade que se seguiram em países mais vulneráveis, como Portugal e a Grécia, e a perceção que as desigualdades sociais e territoriais terão aumentado nesta fase de arrefecimento económico, contribuíram para esta descida da confiança que se acusa, entre outros aspetos, no aumento das votações populistas e nas tendências nacionalistas.

O Brexit e a deriva independentista na Catalunha encaixam naquilo que autores como Laurent Davezies¹¹ denominam como um novo egoísmo territorial. À escala europeia ou no interior de unidades políticas estatais, espaços geográficos com uma riqueza acima da média convocam argumentos identitários e de justiça espacial para reafirmar o direito a uma trajetória individual e pouco solidária.

O aumento dos fluxos no contexto da Europa Schengen, ao qual se associou a crise dos refugiados que teve o seu apogeu em 2015, terão também contribuído para um estado de

11 DAVEZIES, Laurent - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*. Paris: La République des Idées/Seuil, 2015, 106 p. ISBN 978-2021230154.

desconfiança que é hoje mais notório. A associação direta destas mobilidades espaciais, que se movimentaram no interior do continente europeu e pressionaram as fronteiras externas da Europa, a um conjunto mediatizado de ocorrências terroristas, fez aumentar o medo, a insegurança e até a repulsa perante as migrações.

Em paralelo com os factos ilustrados pelo número de ataques e pelo total de vítimas, há hoje a perceção que a natureza do terrorismo mudou e que os alvos potenciais se tornaram difusos, indefinidos e imprevisíveis. Tudo isto aumentou as incertezas, num ambiente geopolítico hoje mais instável. O ressurgimento de novas frentes de tensão com a Rússia; a turbulência na fronteira sul da Europa, no sahel, no norte de África e, em particular, a desintegração da Líbia; os efeitos laterais do conflito na Síria e o papel contraditório da Turquia, membro da NATO com elevada centralidade estratégica e (oficialmente) ainda um candidato para adesão à União Europeia, tudo isto tem contribuído para um novo cenário, ao qual não é alheia a orientação da administração Trump, nos EUA, relativamente à Europa e à necessidade desta reforçar as sua componente militar e securitária.

Neste contexto, que deve ser lido em múltiplos tempos e com o foco em diferentes escalas geográficas, são evidentes os sinais que apontam para uma perda de coesão interna e para a menorização económica e política da Europa no contexto internacional.

A demografia, com o envelhecimento da população europeia e a não renovação das gerações, terá um duplo efeito. Por um lado, fará aumentar a desconfiança e o medo. Por outro, amplifica o potencial de risco e torna menos provável a reação rápida do conjunto perante problemas que exigem políticas proativas mais efetivas.

Um dos momentos matriciais desta versão menos otimista da Europa coincidiu com a crise dos refugiados de 2015. Afinal, o mundo permeável dos fluxos financeiros e de informação e o território plano das viagens rápidas e sem obstáculos, é um espaço rugoso e de barreiras à circulação de populações vulneráveis. A pressão migratória que se fez sentir no Mediterrâneo e em países do sul e sudeste da Europa, trouxe à superfície problemas como a falta de controlo da União Europeia sobre as periferias de proximidade, a necessidade de reforço das fronteiras externas, a falta de coesão interna, a ausência de uma política comum e de partilha de interesses assim como a falta de solidariedade entre os diferentes países comunitários.

Este fluxo teve repercursões no levantamento de múltiplas barreiras de interrupção do movimento espacial, algumas com expressão física, a exemplo das vedações erguidas, no passado, em Ceuta (em 1993, com 9 km de comprimento) e Melilla (em 1998, com 12 quilómetros), para proteção do enclave espanhol no norte de África.

Após 2015, a Hungria ergueu barreiras nos limites que a separam da Croácia e da Sérvia. A Áustria criou um muro e postos de controlo em Spielfeld, na fronteira com a Eslovénia. O mesmo ocorreu com a Grécia, na fronteira com a Turquia, junto à aldeia de Nea Vyssa, onde se construiu uma vedação de 12,5 km, coroada por um reforço suplementar de arame farpado. Também a fronteira entre a Macedónia e a Grécia viveu o

mesmo esforço policial e securitário, fazendo da aldeia grega de Idomeni um território de espera e contenção que travou a viagem dos refugiados para norte.

Nesta geografia de muros temporários, impôs-se a lógica do levantamento de barreiras na retaguarda, sempre que o fluxo, na sua caminhada para o centro da União Europeia, em especial em direção à Alemanha, não era interrompido.

Na Europa securitária que aqui se foi revelando, também se levantaram muros em territórios de contenção, como na ilha grega de Lesbos. O mesmo ocorreu mais a norte, em Calais (França), no perímetro de espera e aglomeração precária da denominada Jungle, na proximidade do Canal da Mancha, já nos limites da deslocação do fluxo para Inglaterra.

Nesta Europa defensiva, para além dos muros físicos, reforçaram-se os postos de vigiância. A exemplo do que ocorreu na Dinamarca, nalgumas fronteiras do espaço Schengen foi retomado o controlo temporário dos movimentos.

Nesta arquitetura espacial de medo, interrupção do movimento e imposição política da distância perante os refugiados, os Estados afirmaram o seu poder de autodecisão. No entanto, em casos como a Áustria e a Hungria, para além das forças públicas de segurança, levantaram-se outras barreiras e muros (in) visíveis erguidos por milícias populares que, desta forma, assinaram o seu apoio às atitudes de autoconfinamento dos poderes políticos. Este facto encaixa na tendência, que desenvolveremos mais à frente, de privatização da segurança que ocorre no mundo e na Europa.

Como se pode verificar no *Europeans' Attitudes Toward Security- Special Eurobarometer 464b*, em Dezembro de 2011 e Junho de 2017, fizeram-se sondagens a respeito da segurança sentida pelos cidadãos europeus nos seus territórios de proximidade, mas também noutras escalas geográficas.

Ainda que os dados incluam a totalidade dos países e que, neste conjunto de 28 membros, os medos e as (in)seguranças possam apresentar variações regionais, é possível aferir algumas tendências a partir dos valores agregados.

Por exemplo, quando se afirma que os territórios de vizinhança são espaços seguros para viver, em 2011, 53% dos inquiridos responderam concordar totalmente. Em 2017, esse valor sobe para 57. Se se colocar a mesma questão à escala europeia, isto é, se se questionar que a União Europeia, no seu todo, é um lugar seguro, a variação é inversa. Em 2011, 28% concorda plenamente, enquanto que em 2017 esse valor desce para 23%. Da mesma forma, em 2011, 16% da população inquirida discorda totalmente que a União Europeia seja um território seguro. Em 2017, esse valor sobe para 28%. O efeito conjunto dos fluxos de refugiados e dos atentados, territorializados longe dos lugares de residência dos inquiridos mas percebidos como um fenómeno no interior das fronteiras europeias, estará refletido nestes números.

Como se referiu, este eurobarómetro faz o levantamento da perceção da segurança em várias escalas geográficas: a local e de vizinha; a da cidade e região; a nacional e a da União Europeia. Tomando como referência os resultados de 2017, é importante referir que

a confiança diminui à medida que nos afastamos do primeiro patamar. 91% dos inquiridos tem confiança na sua vizinhança imediata, mas esse valor vai decrescendo nos outros referenciais geográficos: 82% ainda considera o seu país seguro mas, à escala europeia, esse valor desce para 68%. Esta diferença suscita outras questões: para a população europeia, o afastamento em relação aos seus territórios do quotidiano implica um acréscimo do risco e uma perda de confiança. A Europa, em sentido lato, é menos segura que os espaços familiares. A construção de uma identidade europeia e a promoção de experiências de partilha, como o Programa Erasmus (no caso do ensino superior), colide com esta perceção mais confinada do espaço e com a relação inversa entre a distância em relação à casa habitual e a sensação de segurança: estar mais longe de casa implica correr mais riscos.

A desagregação dos cerca de 28 mil inquiridos segundo a estrutura etária, o género, a formação académica e a localização (rural ou urbana) das respetivas residências, deixam-nos dados pertinentes, em especial no que se refere, mais uma vez, à perceção da segurança à escala da União Europeia.

Em todas as classes etárias, há um decréscimo de confiança e de perceção de segurança entre a escala de proximidade local, o respetivo país e a Europa comunitária. Ainda assim, existem diferenças entre os escalões etários no que respeita à sensação de (in) segurança, sobretudo à escala europeia. Nesta perspetiva, a população adulta/idososa (acima dos 55 anos de idade) é aquela que menos confiança tem em relação à Europa em termos securitários. Nesta classe, que está no topo da pirâmide, apenas 62% dos inquiridos revelam que a União Europeia é um lugar seguro. Na população mais jovem inquirida (na classe etária entre os 15 e os 24 anos), esse grau de confiança ascende a 77%. Como se referiu atrás, o envelhecimento da população é um problema que se pode traduzir no aumento da desconfiança.

A mesma variação ocorre se considerarmos os anos de escolaridade. Segundo o eurobarómetro citado, a população com mais anos de frequência académica e, por inerência, maior formação, é aquela cujo grau de confiança é maior em todas as escalas geográficas consideradas. Por exemplo, no grupo dos inquiridos com menos de 15 anos de escolaridade, 76% entendem que o respetivo país é um lugar seguro para viver. Nos inquiridos com mais de 20 anos de escolaridade, esse valor sobe para 88%, enquanto que nos jovens ainda a frequentar o sistema de ensino essa confiança ascende a 90%.

Se se considerar a escala da União Europeia, essa variação repete-se. 80% dos atuais estudantes e 77% dos que apresentam mais de 20 anos de escolaridade, entendem que este é um território seguro. Nos inquiridos com menos de 15 anos de frequência do sistema educativo, esse grau de confiança desce para 55%. Com efeito, a educação é uma opção essencial para reduzir os níveis de medo e desconfiança que se nutrem pela União Europeia e pelos espaços geográficos mais afastados dos territórios familiares do quotidiano.

Há também uma clivagem entre os inquiridos do mundo rural e aqueles que têm residência nas maiores cidades. Nos primeiros, a confiança nos territórios de proximidade é maior. No entanto, à medida que caminhamos para escalas menores, isto é, para a cidade/região e para a União Europeia em conjunto, essa diferença inverte-se. Os inquiridos urbanos têm mais confiança no país e na Europa no seu todo. Esta é uma questão a comprovar. No entanto, enquanto hipótese de trabalho, é legítimo associar os inquiridos urbanos (assim como os mais jovens e os que têm mais anos de escolaridade) à população mais propensa a viajar e a assumir a Europa como uma casa comum de circulação.

Os mais idosos, a população com menos anos de escolaridade e de matriz rural, apresenta margens de maior desconforto relativamente aos territórios longe dos respetivos espaços do quotidiano. Estes dados não podem deixar de ser considerados nas políticas europeias para a demografia e educação.

Comparando o eurobarómetro de 2011 com o de 2017, também se verificaram mudanças substanciais na tipologia dos medos e dos fatores de insegurança. Entre estes dois inquéritos, todas as ameaças consideradas (terrorismo, crime organizado, riscos naturais e antrópicos, cibercrime e a fragilidade das fronteiras externas da União Europeia) apresentaram uma subida enquanto preocupação europeia. Por exemplo, em 2011, 58% dos inquiridos apontava o terrorismo como um problema. Em 2017, esse valor ascendia a 76%. No caso do crime organizado, a subida ocorre entre os 54 e os 63%, respetivamente. No caso das fronteiras externas, em 2011 esta ameaça era apontada por 41% dos inquiridos. Em 2017, esse valor ascendia a 51%.

Não é conveniente fazer deduções diretas e apressadas a partir destes valores. No entanto, os resultados desta inquirição mostram-nos existir na Europa uma margem de cidadãos inseguros, desconfortáveis e descontentes, potencialmente mobilizáveis para movimentos políticos de natureza populista, leituras simplistas da realidade e apresentação de soluções fáceis, que passam, quase sempre, pelo autoencerramento e pela exarcebação de identidades monolíticas¹².

Esta insegurança perante a imprevisibilidade materializa-se também à microescala, com a expansão dos condomínios fechados e o autoconfinamento de quem se exclui dos territórios de proximidade. A difusão e consolidação de uma sociedade de controlo e vigilância (de espaços privados e públicos) e o desenvolvimento de uma paisagem defensiva, são também reveladores deste estado de desconfiança que, não sendo exclusivo da Europa, também vai entrando e marcando o quotidiano deste continente, em particular nas cidades.

Muitos destes centros urbanos estão agora polvilhados por muros mais ou menos discretos de proteção antiterrorista, mas também por pormenores arquitetónicos que visam o afastamento de indesejáveis, como os sem abrigo, dos espaços mais nobres e visíveis

12 SEN, Amartya - *Identidade e Violência*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007, 254 p. ISBN 9789728955199.

destes lugares. Para Bauman (2009), na sua origem, a cidade desenvolveu-se porque criou perímetros de proteção relativamente a um exterior mais violento. Na atualidade, ainda para o mesmo autor, essa mesma cidade assimilou os medos e fragmenta-se internamente para os enfrentar.

Para além deste urbanismo defensivo com expressão material, esta é uma nova cidade tecnológica, um território digital de vigilância e denúncia, um lugar de *geofences* e algoritmos que controlam a passagem, a saída, a entrada ou a invasão de perímetros protegidos por fronteiras informáticas, que também atravessam territórios não urbanos¹³. Os limites que Kevin Lynch¹⁴ identificou como matriciais na perceção do espaço urbano, podem ser invisíveis e imateriais, mas deixam um rasto tecnológico, continuam a condicionar o quotidiano da cidade e colocam questões pertinentes ao nível da proteção de dados e das garantias de privacidade.

Nesta nova cidade, o espaço público deixou de ser um território de reserva da identidade. Para além disso, o espaço privado, a tradicional ‘casa’, é agora uma *smart home*, um território de controlo e invasão digital a partir do exterior¹⁵.

Já atrás se referia a organização de milícias populares perante a vaga de refugiados de 2015. Este foi um sinal de uma tendência de fundo, que caminha para um maior envolvimento da sociedade civil e, sobretudo, dos atores individuais e atomizados, na procura e garantia de espaços de vida mais previsíveis e higienizados. A crescente privatização da segurança é, neste ponto de vista, uma tendência à qual se deve estar atento.

3. A privatização da segurança. Contexto e referências gerais

A constituição e consolidação dos Estados vestefalianos, após o século XVII, regulou a segurança e tornou-a uma questão coletiva. Contudo, neste tempo longo, as circunstâncias foram mudando, assistindo-se agora, nas sociedades complexas contemporâneas, à coexistência entre os sistemas coletivos e estatais e as estratégias privadas de salvaguarda de bens e pessoas, em espaços públicos e privados.

A casa simboliza essa transição. A segurança da habitação é agora um campo de expansão de investimentos em inovações tecnológicas que visam aumentar o grau de confiança das famílias perante os riscos externos que a ameaçarão. Uma das dimensões das *smart homes* está precisamente nos sistemas securitários de vigilância e controlo. À escala

13 ZIMBELMAN, Eloise G.; KEEFE, Robert F.; STRAND, Eva K.; KOLDEN, Crystal A.; WEMPE, Ann M. - Hazards in motion: development of mobile geofences for use in logging safety. *Sensors* 17, 822 (2017), p.1-15.

14 LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999, 208 p. ISBN 9789724403793.

15 SCHWARZ, Daniel - *The Current State of Security in Smart Home Systems. Threats in the Internet of Things*. Viena: SEC Consult, 2016, 15 p.; LIN, Huichen; BERGMANN, Neil W. - *IoT Privacy and Security Challenges for Smart Home Environments. Information*. Basel: MDPI. Volume 7, Issue 3, 44 (2016). p. 1-15.

global, estima-se que, entre 2015 e 2021, os investimentos na segurança privada destas casas inteligentes aumentem cerca de 760 %, na sequência de uma progressão positiva que se sentirá, de modo gradual, em todos os anos¹⁶.

Não é fácil elencar os fatores que possam estar a contribuir para o aumento da privatização da segurança à escala global e, em particular, no continente europeu. Estes devem ser devidamente ponderados e aprofundados. Contudo, o aumento dos sentimentos de medo e desconfiança, as maiores incertezas mas também a crescente atomização social e o acréscimo de práticas individualistas, são questões importantes que não podem deixar de se refletir nos comportamentos e atitudes na área da segurança.

O medo pode também ser induzido. Os sentimentos de insegurança refletem relações de poder e constituem um campo de manipulação política. Já no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro novecentista, se instrumentalizava o medo perante as revoltas de escravos como forma de sustentar e manter o sistema escravagista¹⁷.

Na atualidade, o medo ajudou à expansão de uma área de negócios e de uma economia privada de segurança que vai crescendo à medida que se promovem as incertezas. Estas derivam também de algumas dinâmicas da realidade empírica. O aumento das desigualdades e das fragmentações sociais e territoriais, sobretudo em áreas urbanas; o incremento dos fluxos materiais e imateriais e o desenvolvimento de atores organizados em territórios-rede e, com isso, menos sujeitos ao controlo (numa variedade de agentes que podem ir das empresas multinacionais aos grupos de pressão e destes às associações criminosas ou mesmo terroristas), todos estes fatores contribuíram para um ambiente de maior desconfiança.

Esta nova geografia, mais flexível e difusa, retira poder e margem de intervenção aos tradicionais atores de regulação – os Estados, hoje com um papel menos efetivo na aplicação dos instrumentos de controlo do movimento.

Pelo menos na União Europeia, os ajustamentos dos orçamentos públicos, com reflexos na redução de gastos em áreas como a segurança, contribuíram para esta tendência de privatização. Por vezes, porque os limites entre privado e público nem sempre são fáceis de estabelecer, o próprio Estado tem também recorrido a empresas privadas de segurança.

Tudo isto ocorreu em paralelo com a complexificação das sociedades ocidentais. Aumentou o número de eventos e de pretextos para a concentração de massas. Os valores e os bens estão hoje mais dispersos (apenas um exemplo, com o alargamento do número de segundas habitações). As mobilidades são hoje mais intensas e difusas. Com o turismo e o laser, os negócios, os percursos pendulares e o afastamento entre a habitação e os

16 THE STATISTICS PORTAL - *Revenue of the global smart home security market from 2015 to 2021* [Em linha] (2018). [Consult. 2 de abril de 2018]. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/645392/smart-home-security-revenue-worldwide>.

17 BATISTA, Vera Malaguti - *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, 272 p. ISBN 9788571062935.

lugares de trabalho, as territorialidades são hoje mais multivariadas e a necessidades de acautelar a segurança de bens (ex: a casa) que ficou para trás, é agora maior.

Em muitos casos, a suburbanização e a dispersão do povoamento, com acréscimo dos níveis de isolamento de muitas habitações, levou também a uma maior necessidade de vigilância por terceiros (as empresas de segurança) e pelos próprios (com o controlo remoto, e em tempo real, através de novas tecnologias digitais).

Esta tendência pode ser analisada a partir de muitos pontos de vista. Ainda assim, não deixam de ser expressão, por um lado, dos novos egoísmos territoriais¹⁸ e, por outro, das crises de desintermediação que têm deixado marcas nas sociedades ocidentais. A desconstrução das comunidades locais¹⁹ é, ao mesmo tempo, causa e efeito da insularização territorial que acompanha os processos de privatização da segurança.

Essa segurança passa, cada vez mais, pela inovação tecnológica. Também neste setor se estão a viver as consequências da automatização e da revolução digital. Ainda assim, os vigilantes privados continuam a simbolizar esta deriva, coexistindo na Europa, de acordo com regulamentos e disposições legais aprovadas, com as forças públicas de manutenção da ordem. Em 2017, segundo a *Confederation of European Security Services*, dos 34 países constituintes desta organização (os 28 da União Europeia, mais a Sérvia, a Bósnia, a Macedónia, a Turquia, a Noruega e a Suíça), é na Bulgária (123 mil vigilantes), na Letónia (21500) e na Estónia (13234) que a relação entre o número de vigilantes e o total de residentes é maior. Nesta listagem, Portugal ocupa a 12^a posição (em 34 países), com 37104 profissionais legalmente registados.

No caso português, segundo o *Relatório Anual de Segurança Privada 2016*, em 2005 detinham alvará 99 empresas de segurança privada. Entre 2006 e 2012, esse valor ultrapassou a centena, com o máximo (114), em 2012. Desde então, esse valor voltou a descer. Em 2014 estavam registadas 91 empresas e, em 2016, 94. Estas oscilações merecem uma análise mais aprofundada, mas oscilam de acordo com fatores como os ciclos económicos ou os processos de concentração empresarial.

Sendo um fenómeno sobretudo urbano, não surpreende que, em 2016, das empresas que detinham autorização legal para exercer serviços de segurança privada, 78% tenha a sua sede no distrito de Lisboa, 17% no Porto e 12% em Faro, os três territórios mais representados numa geografia sobretudo litoral. É evidente que a localização da sede não impede a prestação de serviços noutras regiões do país. No entanto, é um indício do protagonismo que as cidades detêm neste processo.

Ainda de acordo com o *Relatório Anual de Segurança Privada*, de 2016, 76% dos vigilantes têm idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos de idade. 89% são do género masculino. É importante também verificar que 97,5% dos vigilantes associados a estas

18 DAVEZIES, Laurent - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise...*

19 BAUMAN, Zygmunt – *Community*. Cambridge: Polity Press, 2001, 159 p. ISBN 0-7456-2634-3.

empresas privadas são de nacionalidade portuguesa, proporção que contrasta com outras profissões menos qualificadas, nas quais o número relativo de estrangeiros é maior. Dos restantes 2,5% de vigilantes que não têm a nacionalidade portuguesa, nota-se o peso dos contratados no universo dos imigrantes de língua portuguesa. Destes, 35% são brasileiros, 30% guineenses e 14% caboverdianos. Deste conjunto, refira-se uma exceção: no total dos vigilantes estrangeiros, cerca de 6% *têm* nacionalidade romena.

Ainda segundo a mesma fonte, a distribuição destes ativos pelas atividades e categorias específicas dá mostras da sociedade mais complexa na qual agora se vive. Também em 2016, 57% dos vigilantes são indiferenciados enquanto 22% estão na categoria de seguranças-porteiros, que tanto podem estar distribuídos por instituições privadas, como empresas financeiras ou espaços de diversão noturna, como podem também exercer atividade em instituições públicas, como hospitais ou ministérios.

Para além desses, 15% são considerados assistentes de recintos desportivos e/ou espetáculos. A entrada de Portugal na rota dos concertos musicais, das provas desportivas e de outros eventos com concentração de espetadores, abriu um mercado ao qual apenas o setor privado consegue dar resposta.

Para além disso, surgem ainda valores residuais de ativos que trabalham em áreas como a segurança pessoal, o transporte de valores e a vigilância de equipamentos aeroportuários. A internacionalização do país, o aumento dos fluxos gerais de mercadorias e passageiros, a realização de acontecimentos de escala internacional, com a chegada de personalidades de diferentes áreas às quais se deve assegurar proteção, todos estes fatores têm contribuído para esta tendência.

Neste ponto de vista, Portugal não é um caso à parte. A sociedade portuguesa terciarizou-se e urbanizou-se, abriu-se ao contexto internacional, tornou-se mais complexa. O Estado, em termos de segurança, não consegue responder às novas solicitações. Por outro lado, ainda que os medos sentidos em Portugal sejam diferentes daqueles que se percebem noutros territórios europeus, também aqui chegou a ideia que o mundo é mais instável e imprevisível.

4. Notas finais

A compressão do espaço-tempo deu-nos a ilusão que o mundo se tornou mais pequeno e que o espaço geográfico seria plano. As distâncias deixariam de ser um fator distintivo e a localização não condicionaria. Neste determinismo tecnológico alimentado pelos avanços no domínio dos transportes e das comunicações, estar aqui ou ali seria o mesmo, desde que se assegurasse a conectividade a uma rede digital. Ainda assim, restando entusiasmos, há um mundo rugoso e lento que persiste. Os adventos da velocidade não estão ao alcance de todos. A sociedade não caminha para uma comunidade global. Pelo contrário, não só resistem os desequilíbrios do passado como se criam novas linhas de

fragmentação. Um projeto europeu em crise reflete estas contradições. A vaga de refugiados de 2015 parece ter exposto insuficiências como a perda de poder económico e político por parte de uma Europa confrontada com as pressões e as incertezas de um mundo mais instável e menos regulado. Nesta ocasião, veio à superfície a falta de coesão interna na União Europeia e consolidou-se a ideia de que o mundo continua rugoso e que as fronteiras, na sua definição mais lata, continuam a ser um instrumento na relação entre os países e as populações. Nessa ocasião, ergueram-se muros, retomaram-se estratégias de vigilância e controlo e levantaram-se milícias populares na defesa dos seus acantonamentos territoriais, sobretudo em países como a Hungria e a Áustria. Estes movimentos de cidadãos anónimos, ainda que tenham sido interpretados como um pormenor numa dinâmica mais geral de encerramento da Europa, simbolizam uma trajetória global, mas também ocidental e europeia, para a privatização da segurança. Nem sempre a fronteira entre o público e o privado é fácil de traçar. Ainda assim, são evidentes as tendências para o reforço das estratégias individuais de proteção. Esta tendência deve ser acompanhada de forma a não colidir com os sistemas democráticos que constituem a matriz da União Europeia e do mundo livre. O problema está nos sentimentos que, de forma implícita, possam sustentar esta deriva. O egoísmo territorial, a insularização espacial e a atomização social, apontam para caminhos individualistas de medo, autoencerramento e desconfiança perante um mundo que, apesar de mais pequeno, é hoje mais desconhecido e, em muitos aspetos, está mais distante. Os resultados do eurobarómetro sobre a temática da segurança apontam para desequilíbrio. Os transportes estão mais rápidos, temos mais aeroportos, algumas viagens estão mais acessíveis. No entanto, o grau de confiança nos espaços que estão fora da nossa fronteira de segurança são agora maiores. O mundo em movimento, tal como o conhecemos, e que vai do turismo às experiências Erasmus, depende não apenas da facilidade em viajar mas assenta sobretudo na confiança e nos mapas mentais, mais abertos e flexíveis, ou mais fechados e estáticos. Estes valores, a confiança e os mapas mentais, devem constituir uma das preocupações fundamentais para a preparação da Europa do futuro, que se pretende mais coesa, aberta e participada.

Artigo Recebido a 30 de abril de 2018 | Aceite a 22 de maio de 2018.

Bibliografia

AVRAHAM, Eli; KETTER, Eran - *Media strategies for marketing places in crisis*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann, 2008, 256 p. ISBN: 978-0750684521.

BATISTA, Vera Malaguti - *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, 272 p. ISBN 9788571062935.

BAUMAN, Zygmunt - *Community*; Cambridge: Polity Press, 2001, 159 p. ISBN 0-7456-2634-3.

BAUMAN, Zygmunt - *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2009, 94 p. ISBN 978-85-378-0122-2.

BECK, Ulrich - *Sociedade de Risco Mundial - Em Busca da Segurança Perdida*. Lisboa: Edições 70, 2015, 448 p. ISBN 9789724418575.

CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA - *Relatório Anual de Segurança Privada 2016*. Lisboa, Ministério da Administração Interna, 2017, 40 p.

DAVEZIES, Laurent - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*. Paris: La Republique des Idees/Seuil, 2015, 106 p. ISBN 978-2021230154.

EUROPEAN COMMISSION - *Europeans' Attitudes Toward Security- Special Eurobarometer 464b* [Em linha] (2017). [Consult. 2 de abril de 2018]. Disponível em https://data.europa.eu/euodp/data/dataset/S1569_87_4_464B_ENG ISBN 978-92-79-73522-6.

FRIEDMAN, Thomas L. - *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora, 2006, 520 p. ISBN 9789729972010.

HAESBAERT, Rogério - *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p. ISBN 9788528610611.

HARVEY, David - *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 2002, 388 p. ISBN 978-0631162940.

INNERARITY, Daniel - *A política em tempos de indignação*. Lisboa: D. Quixote, 2016, Lisboa, 384 p. ISBN 9789722060738.

JONES, Reece - *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*. London: Zed Books, 2012, 224 p. ISBN 978-1848138230.

LIN, Huichen; BERGMANN, Neil W. - IoT Privacy and Security Challenges for Smart Home Environments. *Information*. Basel: MDPI. Volume 7, Issue 3, 44 (2016). p. 1-15.

LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999, 208 p. ISBN 9789724403793.

MOISI, Dominique - *The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World*. New York: Anchor Books Edition, 2010, 192 p. ISBN 978-0307387370.

ROUET, Gilles - European Union: fears and hopes. *Eastern Journal of European Studies*. Iasi: Centre for European Studies. ISBN 978-1-137-56169-5. Volume 7, Issue 1 (2016). p. 5-33.

SCHWARZ, Daniel - *The Current State of Security in Smart Home Systems. Threats in the Internet of Things*. Viena: SEC Consult, 2016, 15 p.

SEN, Amartya - *Identidade e Violência*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007. 254 p. ISBN 9789728955199.

TUAN, Yi-Fu - *Landscapes of fear*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013, 262 p. ISBN 978-08166-8459-5.

THE STATISTICS PORTAL - *Revenue of the global smart home security market from 2015 to 2021* [Em linha] (2018). [Consult. 2 de abril de 2018]. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/645392/smart-home-security-revenue-worldwide>.

ZIMBELMAN, Eloise G.; KEEFE, Robert F.; STRAND, Eva K.; KOLDEN, Crystal A.; WEMPE, Ann M. - Hazards in motion: development of mobile geofences for use in logging safety. *Sensors* 17, 822 (2017). p.1-15.